



Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2020.

Bernardo Chrispim Baron

Código de Manifestação: 206.004.169.777

Prezado Senhor,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído o Documento TCE-RJ nº 022.888-4/2020 para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/20011, a seguir resumidamente transcrito:

“... relação com os veículos de imprensa oficial utilizados pelos municípios jurisdicionados para publicação de atos oficiais, informados ao Tribunal ou por ele conhecidos por outros meios. Solicito ainda que a relação mencionada seja fornecida, preferencialmente, em formato estruturado e legível por máquinas (CSV, ODS, XLSX) e contenha, no mínimo, as seguintes informações:

- 1) Nome do município jurisdicionado;
- 2) Código do jurisdicionado em listas de municípios de abrangência nacional (ex.: código IBGE, código SIAFI), se disponível;
- 3) Nome do veículo de imprensa oficial ou da mídia oficial, quando couber; e



4) URL onde podem ser encontradas as publicações oficiais, no caso de veículos disponibilizados (também) como mídias digitais.

Quanto ao intervalo temporal, solicito que sejam enviadas as informações relativas ao exercício atual ou ao último exercício para o qual haja dados consolidados ou passíveis de consolidação.”

Em resposta, o Setor Especializado informou que:

“cabe informar que a informação, estruturada nos exatos moldes solicitados, não é produzida por esta Corte, não obstante, dependendo do caso, informações sobre veículos de imprensa oficial podem ser registradas nos trabalhos de fiscalização realizados, constando de forma não estruturada nos documentos de fiscalização produzidos. disponíveis na internet.

Assim, com relação ao objeto solicitado, o requerente poderá fazer diretamente a coleta dos dados e posterior consolidação, acessando o endereço eletrônico deste Tribunal (www.tce.rj.gov.br) e, a seguir, clicar em “Consulta Processual e Serviços”, conforme ilustração abaixo:



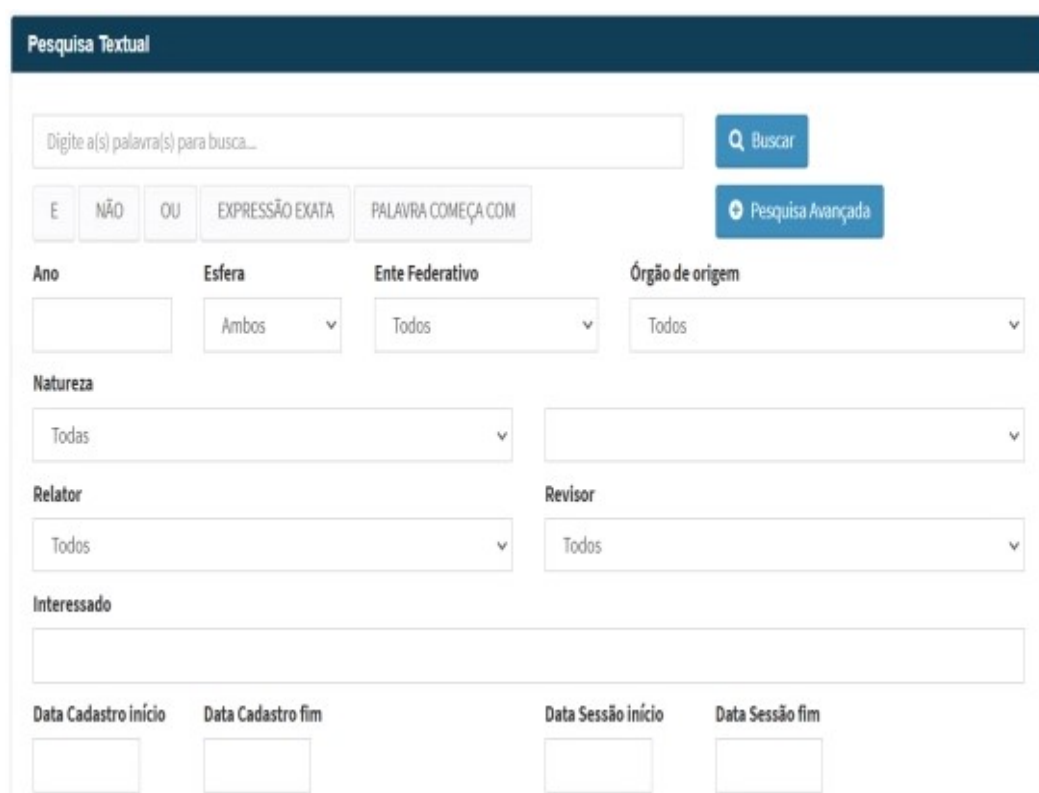
**CONSULTA
PROCESSUAL
E SERVIÇOS**

Push

Digite o nº do Processo

IR >

Prosseguindo, na barra “Pesquisa Textual” (vide imagem abaixo); “Pesquisa Avançada”; preencher o campo de pesquisa com a palavra ou expressão requerida (por exemplo: “jornal”, “imprensa”, “sítio” etc.); e preencher os campos “Esfera” e “Ente Federativo” para iniciar a busca.



Pesquisa Textual

Digite a(s) palavra(s) para busca...

Q Buscar

➕ Pesquisa Avançada

E NÃO OU EXPRESSÃO EXATA PALAVRA COMEÇA COM

Ano Esfera Ente Federativo Órgão de origem

Todos Ambos Todos Todos

Natureza

Todos

Relator Revisor

Todos Todos

Interessado

Data Cadastro início Data Cadastro fim Data Sessão início Data Sessão fim

O requerente também poderá pesquisar no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS, que se encontra disponibilizado no site desta Corte de Contas (www.tce.rj.gov.br), conforme a seguir:

- 1) Acessar a opção “Gestores” na barra do menu superior;
- 2) Em seguida, no submenu “SIGFIS Municipal”, clicar na opção “Auditor Web-Municipal”;
- 3) Identificar o “Ano” e a “UG” (Unidade Gestora);
- 4) Clicar em “Atos Jurídicos” e iniciar a busca.

Assim, a partir das pesquisas demonstradas, poderá ser obtida a coleta dos dados e sua posterior consolidação.”

Por fim, o Setor Especializado destacou que:

a) “as bases de dados oriundas do SIGFIS não sofrem auditorias regulares em todo o seu conteúdo, sendo os dados constituintes deste repositório de inteira responsabilidade dos jurisdicionados, que os encaminham por força de deliberação específica.”

b) não serão atendidos pedidos de informação que exijam trabalhos adicionais que não sejam de competência do órgão ou entidade, conforme previsto no inciso III, do artigo 11, da Resolução nº 275 de 25/03/2013, que dispõe sobre o acesso à informação pública no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução nº 275, de 25/03/2013

“Art. 11. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação que:

(...)

III - exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não sejam de competência do órgão ou entidade”.

c) as tramitações, pareceres, decisões e imagens digitais dos processos TCE-RJ são disponibilizados para consultas e cópias, após as decisões plenárias de mérito, no endereço eletrônico deste Tribunal (www.tce.rj.gov.br);

d) o TCE-RJ quando do planejamento de Auditorias/Inspeções considera os critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade relacionados aos atos administrativos, que dessa forma podem ou não ser objeto da amostra selecionada pelo Controle Externo.

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

ouvidoria@tce.rj.gov.br